

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PARAÍBA: suas reformas e intenções

RESUMO

Para compreender os diversos processos e práticas educativas em sua historicidade, uma das possibilidades que se apresenta é estudar o modo como estas foram consubstanciadas em reformas. Partindo desta premissa, analisou-se como a formação de professores na Paraíba foi engendrada nas diversas reformas implantadas no decurso da denominada primeira república brasileira, que estendeu de 1889 a 1930. O objetivo central foi o de compreender como esta formação foi pensada pelo poder público paraibano em sua articulação com as ideias e debates em torno da educação que caracterizaram o contexto de então. Contexto este, marcado por conflitos adversos dado o reordenamento do Estado em face do novo regime implantado: o republicano. Para tanto, realizou-se uma investigação do tipo documental materializada em quatro momentos: 1º revisão da produção historiográfica pertinente a temática e ao contexto sócio e econômico da Paraíba; 2º levantamento do corpo documental, tais como: leis, decretos e regulamentos locais e nacionais acerca da formação de professores encontrados nos arquivos públicos sediados em João Pessoa; 3º estudo das mensagens dos governadores paraibanos disponibilizadas no sítio eletrônico do *Brazilian Government Serial Documents Digitization Project* (acervo foi digitalizado pelo *Latin American microform Project (LAMP)* do *Center for research libraries (CRL)* da Universidade de Chicago) e o 4º refere-se a análise da documentação encontrada. O trabalho investigativo está assentado no materialismo histórico argumentado por Thompson (1981). Assim considerou seus referenciais interpretativos tanto sobre a lógica histórica quanto do papel dos documentos, das evidências e dos fatos na compreensão do movimento histórico. Assim, a legislação se configura num registro histórico que permite o revelar de características e intenções de uma época. De Goodson (1995), o seu entendimento acerca do currículo enquanto construção social em nível da prescrição e de Gramsci (1989) tomou-se alguns elementos conceituais no sentido de entender as forças sociais em jogo na sociedade paraibana e as intenções do poder público com a formação de professores. As legislações encontradas e analisadas indicaram que houve alternância em suas publicações conforme os governadores que iam assumindo o poder público local. Revelaram pequenas nuances sugerindo, portanto, um ideal de formação de professores a ser implantado na Escola Normal da Paraíba na primeira república.

Palavras-chave:

Formação de Professores. Legislação. Escola Normal. Paraíba.